



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640252 - GO (2021/0014141-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DANYELLA ALVES DE FREITAS E OUTROS
ADVOGADOS : DANYELLA ALVES DE FREITAS - GO020371
GENEZY ALVES DE OLIVEIRA - GO015482
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : FELIPE GOMES DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : JURACI CORREIA DA SILVA
CORRÉU : RODRIGO SILVA DOS SANTOS
CORRÉU : VALTER SANTANA ALVES FILHO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FELIPE GOMES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5478429-04.2020.8.09.0000).

O paciente foi preso preventivamente e denunciado como incurso no art. 157, § 2º, II e V, e § 2º-A, I, na forma do art. 29, ambos do Código Penal.

A impetrante sustenta que o acusado é pessoa íntegra, possui residência fixa e trabalho lícito, predicados que lhe permitiriam responder ao processo em liberdade.

Aduz que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da custódia cautelar, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Argumenta que o réu está encarcerado há mais de 140 dias sem que a instrução criminal tenha se encerrado, o que revelaria o excesso de prazo da segregação antecipada.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, ou, subsidiariamente, que lhe sejam aplicadas medidas cautelares diversas. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que o decreto constritivo seja cassado, revogando-se a custódia antecipada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 57-63):

Lado outro, razão não assiste ao impetrante quanto ao propalado constrangimento ilegal a pretexto de falta de fundamentação das decisões constritivas de liberdade, porquanto vislumbra-se que, tanto ao decretar a prisão preventiva quanto ao indeferir o pleito de revogação do ergástulo, a autoridade

avermada de coatora analisou com a devida observância a presença dos pressupostos e fundamentos autorizadores da constrição cautelar, pronunciando-se nos seguintes termos:

“(…) A materialidade do delito está, inicialmente, consubstanciada no Inquérito Policial nº 173/2020, termos de reconhecimento das vítimas, apreensão dos semoventes roubados, e nos demais depoimentos prestados no bojo das investigações policiais, que confirmam a sua prática.

No que tange aos indícios de autoria, tenho-os como presentes, o que se conclui pelo teor dos depoimentos prestados no bojo dos presentes autos, apontam fortes indícios da prática dos delitos de roubo com restrição da liberdade das vítimas, concurso de pessoas e emprego de arma de fogo.

(…) como forma de se garantir a ordem pública e acautelar o meio social, é de se decretar a prisão preventiva dos acusados Valter Santana Alves Filho e Felipe Gomes Neto, posto que tal segregação evitará que estes voltem a reiterar a prática delitiva, já que analisando o acervo documental juntado ao feito, observa-se que há dados firmes no sentido de que os denunciados, praticaram as condutas previstas nos artigos art. 157 (roubo), § 2º, incisos II (concurso de mais de duas pessoas) e V (restrição de liberdade das vítimas), e § 2ª-A, inciso I (violência/ameaça exercida com arma de fogo), na forma do artigo 29, caput, (concurso de pessoas), todos do Código Penal.

Acréscete-se ainda que os delitos imputados aos denunciados abalam a ordem pública, posto que os delitos foram praticados contra o patrimônio das vítimas de forma ardil, premeditada e com extrema violência à pessoa (restrição da liberdade e sob ameaças de morte), o que evidencia o elevadíssimo grau de reprovabilidade das condutas imputadas e apontam pelo modo de agir a ousadia e periculosidade acentuada (premeditação, distribuição de tarefas e divisão dos ganhos ilícitos), de forma que existe fundado receio de que, se mantidos em liberdade, haverá continuidade/reiteração criminosa, porquanto poderão encontrar estímulo na sensação de impunidade e continuar a delinquir, restando

configurada, assim, a necessidade de se manter a constrição processual para garantia da ordem pública.

Logo, a prisão preventiva se faz necessária, com o intuito de evitar que os acusados continuem a delinquir – reiteração da prática delituosa.

Além do mais, os indícios colhidos na fase inquisitorial apontam uma participação ativa e direta do acusado Felipe Gomes Neto no roubo ocorrido no dia dos fatos – reconhecido formalmente pelas vítimas.

(...) De mais a mais, entendo que a prisão preventiva dos acusados se faz necessária para assegurar a conveniência da instrução criminal, para impedir que os réus venham, a obstar a atuação do órgão jurisdicional na busca da verdade e influir negativamente na produção da prova, com especial atenção a pessoa do réu Felipe Gomes Neto, o qual se encontra solto, e poderá coagir vítimas e demais testemunhas.

Desta feita, acato o parecer ministerial, por estarem presentes os pressupostos da prisão preventiva, elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, a prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria, associados à necessidade de se garantir a ordem pública e assegurar a conveniência da instrução criminal. Logo, a medida constritiva da liberdade é legal e merece prevalecer.

Isto posto, DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA de Valter Santana Alves Filho e Felipe Gomes Neto, todos já devidamente qualificados no bojo desta decisão, pelos fatos e fundamentos jurídicos expostos. (...)” (Decisão na movimentação nº 01, arquivo nº 12). Grifos não originais.

“(...) Tais pressupostos constam da fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado FELIPE GOMES DA SILVA, ora requerente, proferida em 03.08.2020 (autos de nº 5346905.54.2020.8.09.0105 – movimentação nº 28), notadamente para a garantir a ordem pública, assegurar a conveniência da instrução criminal, posto que os delitos foram praticados contra o patrimônio das vítimas de forma ardil, premeditada e com extrema violência à pessoa (restrição da liberdade e sob ameaças de morte). Logo, aplicável para a

manutenção da custódia preventiva. Aliás, a prisão do acusado se mostra necessária em razão dos indícios suficientes que repousam sobre a sua pessoa, posto que os depoimentos prestados no bojo dos presentes autos, apontam fortes indícios da prática dos delitos de roubo com restrição da liberdade das vítimas, concurso de pessoas e emprego de arma de fogo. Assim, em que pese os argumentos da defesa do requerente, não vislumbro o desaparecimento dos motivos que ensejaram a sua segregação cautelar. (...) Da mesma maneira, em razão da patente potencialidade lesiva das infrações noticiadas, entendo inviável a substituição da medida extrema por qualquer outra medida cautelar prevista na nova sistemática, introduzida com o advento da Lei 12.403/2011.

Por outro lado, os predicados pessoais (primariedade, trabalho e residência fixa), ainda que comprovados, por si sós, não têm o condão de afastar a manutenção da custódia, quando presentes os requisitos do art. 312 do CPP, consoante vem sendo decido pelo Superior Tribunal de Justiça.

(...) No tocante à alegação do estado excepcional da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), o que, de acordo com as alegações do requerente ensejariam a revogação de sua prisão cautelar, ante o risco de contaminação no interior da unidade prisional, tenho que o estado emergencial, por si só, não enseja a restituição da liberdade. Isso porque se trata de epidemia que assola praticamente todos os povos, tratando-se de triste episódio sem precedentes na história da humanidade, situação esta de anormalidade que afeta vários segmentos da sociedade, constituindo-se em estado crítico que foge até mesmo da previsibilidade humana, não se podendo prever, pelo menos no estágio atual, a proporção dessa contaminação.

De mais a mais, o requerente/acusado não juntou documento e/ou apresentou justificativa a ensejar a reavaliação de sua prisão cautelar – de acordo com os parâmetros fixados na Recomendação n.º 62/2020 do CNJ – não existindo, pelo menos a partir das alegações ventiladas, causa apta ao restabelecimento da liberdade.

Ante o exposto, considerando que não

houve o desaparecimento dos pressupostos e fundamentos que ensejaram a segregação cautelar do Requerente, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva, aforado por FELIPE GOMES DA SILVA (...)" (Decisão na movimentação nº 72 dos autos originários da Ação Penal sob protocolo nº 5346905.54).

Do exame dos excertos supratranscritos, observa-se que, ao contrário do suscitado pelo impetrante, o magistrado singular cuidou de registrar no bojo de sua decisão a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, discorrendo acerca da materialidade do crime e dos indícios de autoria que recaem sobre a pessoa do paciente (*fumus commissi delicti*), bem como das circunstâncias fáticas autorizadoras da prisão preventiva (*periculum libertatis*).

Com efeito, a autoridade tida por coatora ressaltou a gravidade concreta dos delitos em tese perpetrado pelo paciente (roubo circunstanciado), bem como a sua relevante repercussão social, embasando a necessidade de manutenção do encarceramento especialmente com fulcro na garantia da ordem pública, com o propósito de: a) coibir a reiteração criminosa; b) acautelar o meio social, em face da intranquilidade e desassossego que a suposta conduta trouxe à população local de maneira geral, levando-se em conta as circunstâncias fáticas e a dinâmica do suposto crime de roubo (o paciente e seus comparsas agiram, em tese, de forma premeditada, invadiram propriedade privada/fazenda e, em concurso de agentes e mediante emprego de armas de fogo, renderam as vítimas que se encontravam no local, dentre elas cinco crianças, restringiram a liberdade de todos e subtraíram 143 cabeças de gado, avaliadas em aproximadamente R\$ 500.000,00); e c) preservar a credibilidade na Justiça, visando erradicar o sentimento de impunidade e in segurança que vem crescendo em nossa sociedade, diante do aumento de práticas delituosas de natureza grave contra o patrimônio, fatos estes que evidenciam a gravidade concreta da infração penal e demonstram a real e notória periculosidade do paciente, justificando, pelo menos no momento, a necessidade de perpetuação da medida extrema de recolhimento junto ao cárcere.

Nessa esteira de considerações, depreende-se das decisões fustigadas que a autoridade tida por coatora expôs correta e adequadamente as razões de seu convencimento para decretar e manter a constrição da liberdade do paciente, com arrimo na existência dos pressupostos e fundamentos ensejadores da prisão preventiva.

[...]

Destarte, vislumbra-se que as decisões constritivas de liberdade encontram-se revestidas dos elementos que lhes conferem validade, sendo suficientes seus fundamentos, haja vista que proferidas dentro dos ditames legais, devidamente fulcradas nos termos dos artigos 312 e 313, inciso I, ambos do Código de Processo Penal.

[...]

Da análise dos elementos convergidos ao feito, vislumbra-se que não há como acolher o pedido de substituição do ergástulo provisório pelas medidas cautelares alternativas enumeradas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Segundo inteligência do artigo 282, incisos I e II, do Digesto Penal de Ritos, para a aplicação das aludidas medidas deverá ser observado o binômio necessidade/adequação:

necessidade para a aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais; e adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

No caso sob julgamento, a manutenção do encarceramento do paciente se faz necessária, uma vez que as medidas diversas da prisão não se mostram suficientes e adequadas para resguardar a ordem pública de forma segura, tendo em vista a gravidade concreta do delito, o reflexo social negativo da conduta, as circunstâncias que nortearam a prática criminosa e a periculosidade do paciente expressada, em tese, pela dinâmica do crime (roubo perpetrado com grave ameaça exercida mediante emprego de arma de fogo, praticado em concurso de agentes com outros três indivíduos e, ainda, com restrição da liberdade das vítimas, dentre as quais cinco crianças), conforme já amplamente desenvolvido em linhas alhures.

[...]

Por derradeiro, melhor sorte não socorre ao paciente quanto à alegação de excesso de prazo para a ulatimação da fase instrutória de coleta de provas.

Com efeito, há mister sopesar que os prazos processuais não são contados de forma parcial, mas globalmente, e somente quando se extrapola o prazo integral/global para o encerramento da instrução criminal é que se pode cogitar de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

[...]

No caso vertente, o paciente encontra-se recolhido junto ao cárcere há exatos 83 (oitenta e três) dias, sendo que o prazo global firmado por esse Tribunal de Justiça para a duração razoável do processo criminal, estando o acusado preso, corresponde ao montante de 148 (cento e quarenta e oito) dias, nos casos de apuração de crime submetido ao pr

ocedimento ordinário, consoante estabelecido no Ofício Circular nº 042/2011/ASSJ, item I, atendendo recomendação da Corregedoria Nacional de Justiça (Ofício Circular nº 008/DMF).

Nesse toar, não há que se cogitar a ilegalidade do constrangimento pela extrapolação dos prazos processuais, visto que transcorrido desde a prisão do paciente (em 06/08/2020) lapso temporal inferior ao fixado pela jurisprudência para a ultimação da culpa.

Destarte, como sabido, o remédio heroico não se presta a salvaguardar eventual e futura extrapolação de prazos, impondo que o constrangimento seja real, vislumbrado de plano, o que, frise-se, não é o caso dos autos.

Outrossim, impende registrar que o dirigente procedimental vem fazendo o possível para obedecer aos prazos previstos na lei, mostrando-se diligente no sentido de promover a conclusão da instrução o mais rápido possível.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência